

30 de setembro a 4 de outubro
Ponta Grossa - PR - Brasil

ANÁLISE DOS RECURSOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS: UMA ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE QUELUZITO (MG)

ANALYSIS OF RESOURCES OF THE CITIES PARTICIPATION FUND: A CASE STUDY OF THE CITY OF QUELUZITO (MG)

ÁREA TEMÁTICA: Administração Pública

Bruna Imaculada de Freitas, FUPAC, Brasil, brunafreitas96.bf@gmail.com

Jussara Fernandes Leite, FUPAC, Brasil, leite.jussara@yahoo.com.br

Bruno Silva Alencar, FUPAC, Brasil, brunoalencar47@yahoo.com.br

Thiago Cristian Barbosa Nunes, FUPAC, Brasil, tcbnunipac@yahoo.com.br

Eliete Dias dos Santos Barbosa, FUPAC, Brasil, eliete.dias@unipaclafaiete.edu.br

Resumo

A dependência dos Municípios em receber recursos financeiros da União e as consequências acarretadas mediante sua redução são temas desconhecidos pela maioria da população. A redução de recursos financeiros passados aos municípios geram descontentamento e críticas aos gestores. Neste contexto, este artigo tem o objetivo de verificar a dependência de um município do Estado de Minas Gerais, quanto ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios. A metodologia baseia-se em uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa. No desenvolvimento, os dados mostram que as despesas da cidade compõem mais de 95% do total arrecadado. Foi possível verificar que qualquer redução do valor do recurso impactaria diretamente a administração do município. Em contrapartida, os valores para manutenção da cidade são maiores com o passar do tempo, pois, como por exemplo, a despesa de merenda escolar aumenta de um ano para outro. Vale lembrar que o dinheiro tem valor no tempo, ou seja, o que se compra hoje com uma quantia, amanhã não se consegue. Nota-se, assim, que mesmo com a redução do valor do Fundo de Participação dos Municípios, os gestores da cidade conseguem arcar com suas despesas, mas qualquer redução no valor atual não pagará as despesas.

Palavras-chave: Repasse; Fundo de Participação dos Municípios; Despesas.

Abstract

The dependence of the city in to receive financial resources from Federal Government and the entangled consequences through its reduction are unknown topics by the majority of the population. The reduction of financial resources to city causes discontent and review negative to managers. In this context, tis article has the objective to check dependency of a city in the State of Minas Gerais, on the transfer of the Cities Participation Fund. The methodology is a descriptive research of quantitative approach. In development, the data show that the expenses of the city ate higher 95% of total collected. Its was possible to verify that any reduction of resource value directly impact the administration of the city. On the other hand, the values for maintenance of the city are higher over time, because such as school lunch expenses increase by one year for another year. Important to remember that the money has value in time because what if buy today with an amount do not buy tomorrow.

Identify yourself that even with the reduction of the value of the Participation Fund of the Cities, city managers can pay the expenses, but any reduction of the present value not pay the expenses.

Keywords: *Transfer; Participation Fund of the Cities; Expenses.*

1. INTRODUÇÃO

A falta de conhecimento de grande parte da população sobre as normas e decretos que regem o setor público constantemente levantam indagações sobre os motivos que levam um administrador a não estar cumprindo suas metas de governo ou até mesmo realizando obras simples ou emergenciais. O que pouca gente sabe, no entanto é que o problema tem início muito antes de chegar aos cofres públicos dos municípios.

Os princípios da Administração Pública veem da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que deu fim ao período da ditadura militar, e é considerada como um marco na democracia, pois garantiu ao estado democrático de direito e justiça social, motivo pela qual é popularmente conhecida como Constituição Cidadã. Segundo o artigo 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), os princípios diretos e indiretos da administração pública abrangem a legalidade, veracidade, publicidade e motivação, além da impessoalidade, razoabilidade e continuidade do serviço público.

O início da democracia proporcionou à população a possibilidade de nomear pessoas capazes de governar o país. No Brasil, adota-se a democracia indireta, também conhecida como representativa, na qual o povo elege representantes que são responsáveis por tomar decisões em seu nome, e com essa responsabilidade a cada eleito confiada, buscar agir de acordo, ou mais próximo possível com as necessidades da população. (MACEDO, 2008)

O governo federal, equipe eleita para governar o país, é responsável por arrecadar recursos públicos por intermédio de um sistema tributário que cobra impostos, taxas e contribuições, os quais devem ser distribuídos proporcionalmente à suas unidades administrativas para manutenção de suas atividades e para que sejam cumpridas as metas estabelecidas na lei orçamentaria anual. O sistema administrativo, porém, não está conseguindo recolher o valor suficiente de tributos. Segundo a Secretaria de Estado de Fazenda (BRASIL, 2019), o Fundo de Arrecadação dos Municípios (FPM), é a mais importante parcela que é repassada pela união às unidades federativas, e que é calculada em proporção ao tamanho da população contribuinte, e que posteriormente é utilizado para auxiliar os mesmos, pois as cidades pequenas possuem uma atividade econômica pouco expressiva, alto grau de dependências de transferências governamentais, além de baixa população que diminui muito a arrecadação de impostos e que veem a prefeitura como maior empregador.

O Governo Federal com intenção de estimular a economia, além de frustrar, acabou promovendo a desoneração de alguns impostos, consequentes atrasos ou até mesmo escassez de repasses, deixando as prefeituras em situação crítica para que possam honrar até mesmo com seus compromissos mais simples, segundo estudo feito pela Confederação Nacional dos Municípios (2015).

Desta maneira, esta pesquisa tem como objetivo principal verificar a dependência de um município mineiro quanto ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios. A metodologia apresentada se baseia em uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, que se interessa em compreender como os fatores citados impactaram diretamente na administração do município mineiro de Queluzito através de um estudo de caso. Assim, a pergunta problema da pesquisa envolve: como a cidade de Queluzito se comportou nos anos de 2015 a 2018, após a redução do valor de repasses do Fundo de Participação dos Municípios?

2. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

A Transferência Constitucional é uma parcela da receita federal que é arrecada pela União e repassada aos estados brasileiros e aos municípios. É um rateio que vem da arrecadação de impostos entre os federados para amenizar as desigualdades regionais, buscando promover o equilíbrio sócio econômico entre os estados e municípios. O Tesouro Nacional é responsável por efetuar as transferências destes recursos nos prazos estabelecidos. As principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios previstos na Constituição são: (BRASIL, 2019)

- Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE);
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX);
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Para Piola (2017) a Constituição Federal (CF) de 1988 estabelece os critérios necessários para realizar o rateio dos recursos oriundos da União destinada aos demais entes federativos a fim de reduzir as disparidades regionais.

Segundo o site Liderança Política (2018), grande parte dos municípios do país possui dependência dos estados e do governo federal para fecharem suas contas. Isso porque esses repasses representam, cerca de 60% do total disponíveis para as prefeituras. A Figura 1 mostra o nível de dependência dos estados brasileiros e do Distrito Federal quanto às receitas orçamentárias de transferência.

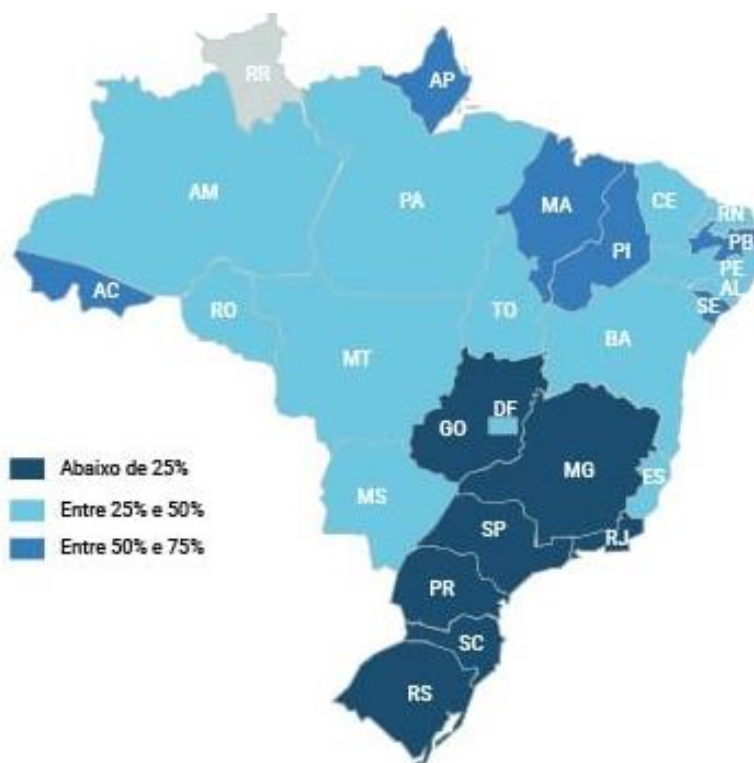


Figura 1 – Nível de dependência dos estados brasileiros e do Distrito Federal quanto às receitas orçamentárias de transferência. Fonte: Tesouro Nacional (BRASIL, 2019)

2.1 FEDERALISMO FISCAL

O Federalismo Fiscal se apresenta como um grande tema no âmbito das finanças públicas. Ele surgiu da necessidade de países grandes em questão territorial, como o Brasil, de descentralizar seu poder. No país, o mesmo nasceu por meio do Decreto 1 de 15 de novembro de 1989. Como há grande diversidade climática, social, cultural e econômica, as necessidades e prioridades são diferentes conforme as regiões. O poder centralizado prejudica os pontos afastados do poder central. Com o poder local, as percepções são maiores, além de trazer maior representatividade junto ao poder central. (CARVALHO, 2011)

Para Escola Nacional da Administração Pública (ENAP, 2017), o Federalismo Fiscal é um ramo da ciência que atua no setor público. Ele estuda a repartição fiscal e de competências entre as diferentes esferas do governo.

[...] o foco de análise no Federalismo Fiscal é a forma como uma federação se organiza entre seus entes federados para melhor arrecadação de recursos visando assim a prover uma melhor oferta de seus bens demandados pela população. Todavia, a teoria associada ao Federalismo Fiscal não se prende somente à melhor alocação de recursos e oferta de bens e serviços públicos, mas também à distribuição de renda e ao crescimento econômico (ENAP, 2017, p. 15).

Segundo Lovato (2006), foi a partir da elaboração da Constituição Federal que buscou-se implantar o federalismo real e efetivo. Através dela criou-se mecanismos capazes de distribuir competências e poderes entre os estados e municípios (incluindo o Distrito Federal).

A teoria do federalismo fiscal como uma federação que se organiza entre seus entes federados para arrecadar recursos e disponibilizá-los à população. No federalismo a ferramenta fiscal é importante para distribuir renda. Os impostos arrecadados auxiliam no combate a discrepâncias de renda. (CARVALHO, 2011)

Para Santos e Santos (2014), no Brasil as transferências constitucionais vêm de cima para baixo. Originam-se da União, e é repassada para os Estados e subdividida entre as cidades. O diagrama de apresentação das transferências constitucionais é apresentado pela Figura 2.



Figura 2 – Diagrama de apresentação das transferências constitucionais. Fonte: Santos e Santos (2014, p.5)

Segundo Piola (2017), na questão da saúde brasileira, do total de recursos transferidos anualmente, no período de 2011 a 2014, os blocos de atenção básica e média e alta complexidade (MAC) somam mais de 88% dos recursos, Tabela 1.

Ano/bloco	2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Atenção básica	11.145,25	23,26	12.642,05	23,78	13.869,68	23,30	14.775,47	23,07
MAC	31.580,29	65,90	35.629,05	67,03	39.329,06	66,08	42.535,76	66,41
Vigilância em saúde	1.629,12	3,40	1.856,53	3,49	2.292,82	3,85	2.111,68	3,30
Assistência farmacêutica	2.196,25	4,58	1.983,32	3,73	1.867,21	3,14	1.856,29	2,90
Gestão	212,08	0,44	109,93	0,21	213,25	0,36	105,61	0,16
Investimento	1.161,50	2,42	935,48	1,76	1.947,86	3,27	2.662,40	4,16
Total (R\$ milhões)	47.924,50	100,0	53.156,36	100,0	59.519,88	100,0	64.047,20	100,0

Tabela 1 – Diagrama de apresentação das transferências constitucionais.

2.2 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Segundo o Tribunal de Contas da União (BRASIL, TCU, 2019), o Fundo de Participação dos estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são consideradas as transferências de recursos financeiros da União prevista na Constituição Federal. O Tribunal de Contas da União (TCU) é o órgão competente que calcula e fixa, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os coeficientes de participação e distribuição destes recursos.

Santos e Santos (2014) esclarecem que a União transfere cerca de 48% para as sub-esferas administrativas, sendo 21,5% repassado aos Estados e 23,5% aos municípios. Os 3% que restam são destinados à região Norte, Nordeste e Centro para ser utilizado no setor produtivo.

Os coeficientes de cada município são obtidos através do número de habitantes do local e na renda per capita do estado. Para as cidades do interior, por exemplo, o coeficiente de FPM se relaciona com o número de habitantes, como mostra a Tabela 2. (BRASIL, DECRETO DE LEI, 1981)

Intervalos de classe dos habitantes	Coefficiente aplicável
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.356 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.316 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3
De 101.880 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.217	4

Tabela 2 – Coeficiente do FPM para cidades do interior

3. METODOLOGIA

O trabalho exposto possui a metodologia de pesquisa descritiva de abordagem quantitativa. Seu procedimento de pesquisa é um estudo de caso realizado na cidade mineira de Queluzito.

Segundo os autores Prodanov e Freitas (2013), uma pesquisa descritiva procura demonstrar as características de um fenômeno. Na pesquisa apresentada, o intuito é expor qual o comportamento do município de Queluzito quanto a redução de verbas do repasse do fundo de participação dos municípios. Para isso são utilizados dados numéricos, ou seja, a abordagem é quantitativa. Para Fonseca (2002), na pesquisa quantitativa, os dados e resultados podem ser quantificados. A mesma recorre a uma linguagem matemática capaz de descrever fenômenos e relacionar variáveis.

Na visão de Prodanov e Freitas (2013), um estudo de caso procura analisar um grupo através de técnicas de integração, que pode ser através da observação ou captação de dados. O estudo de caso realizado, assim, aborda o comportamento da cidade mineira de Queluzito nos anos de 2015 a 2018, período onde houve uma redução no repasse oferecido à cidade.

4. APRESENTAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

Queluzito é uma cidade mineira que possui aproximadamente 1.861 habitantes. O município se estende por 153,6 km² e sua densidade demográfica é de 12,1 habitantes por km². Localizada a 964 metros de altitude, a cidade possui como vizinhos os municípios de Casa Grande, Cristiano Ottoni e Conselheiro Lafaiete (CIDADE BRASIL, 2018).

Queluzito é conhecida por suas cachoeiras. A mais conhecida é a Cachoeira Maciel, Figura 3, por conter águas claras e mornas. A cidade se encontra a 108 km da capital mineira, Belo Horizonte, e é considerada uma cidade tranquila para se viver (ESTRADA REAL, 2019).



Figura 3 – Cachoeira Maciel. Fonte: Estrada Real (2019)

4.1 LEVANTAMENTO DE DADOS

O estudo de caso procura verificar a dependência de Queluzito quanto ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Assim, foi feito um levantamento para conhecer todos os valores de entrada e saída dos anos de 2015 a 2018. A pesquisa utilizou dados de 48 meses, a fim de conhecer qual a representação percentual dos gastos que a prefeitura municipal possui em relação ao repasse que recebe. As tabelas 3, 4, 5 e 6 mostram as receitas, despesas e saldos dos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 respectivamente.

2015		Receitas			Despesas			Saldo Apurado
Mês	Saldo Anterior	Orçamentária	Ex. Orçamentária	Total	Orçamentária	Ex. Orçamentária	Total	
Janeiro	R\$ 1.047.187,05	R\$ 846.042,28	R\$ 32.874,56	R\$ 878.916,84	R\$ 343.202,92	R\$ 351.240,54	R\$ 694.443,46	R\$ 1.231.660,43
Fevereiro	R\$ 1.231.660,43	R\$ 769.357,02	R\$ 37.828,47	R\$ 807.185,49	R\$ 539.122,39	R\$ 170.552,96	R\$ 709.675,35	R\$ 1.329.170,57
Março	R\$ 1.329.170,57	R\$ 628.185,21	R\$ 34.392,96	R\$ 662.578,17	R\$ 577.420,29	R\$ 107.075,99	R\$ 684.496,28	R\$ 1.307.252,46
Abril	R\$ 1.307.252,46	R\$ 645.150,93	R\$ 36.485,22	R\$ 681.636,15	R\$ 593.125,34	R\$ 89.554,20	R\$ 682.679,54	R\$ 1.306.209,07
Mai	R\$ 1.306.209,07	R\$ 756.717,23	R\$ 38.058,60	R\$ 794.775,83	R\$ 573.614,28	R\$ 88.986,20	R\$ 662.600,48	R\$ 1.438.384,42
Junho	R\$ 1.438.384,42	R\$ 683.551,28	R\$ 39.058,06	R\$ 722.609,34	R\$ 628.531,95	R\$ 90.105,31	R\$ 718.637,26	R\$ 1.442.356,50
Julho	R\$ 1.442.356,50	R\$ 696.999,51	R\$ 39.577,48	R\$ 736.576,99	R\$ 636.838,87	R\$ 88.324,98	R\$ 725.163,85	R\$ 1.453.769,64
Agosto	R\$ 1.453.769,64	R\$ 657.311,01	R\$ 39.118,34	R\$ 696.429,35	R\$ 623.566,43	R\$ 124.519,95	R\$ 748.086,38	R\$ 1.402.112,61
Setembro	R\$ 1.402.112,61	R\$ 567.022,03	R\$ 36.989,23	R\$ 604.011,26	R\$ 595.287,70	R\$ 88.767,05	R\$ 684.054,75	R\$ 1.322.069,12
Outubro	R\$ 1.322.069,12	R\$ 676.993,53	R\$ 36.990,21	R\$ 713.983,74	R\$ 643.267,36	R\$ 87.435,18	R\$ 730.702,54	R\$ 1.305.350,32
Novembro	R\$ 1.305.350,32	R\$ 692.315,38	R\$ 38.632,38	R\$ 730.947,76	R\$ 681.023,99	R\$ 87.900,84	R\$ 768.924,83	R\$ 1.267.373,25
Dezembro	R\$ 1.267.373,25	R\$ 1.088.974,67	R\$ 330.183,96	R\$ 1.419.158,63	R\$ 1.426.658,63	R\$ 123.477,34	R\$ 1.550.135,97	R\$ 1.136.395,91
Total	R\$ 15.852.895,44	R\$ 8.708.620,08	R\$ 740.189,47	R\$ 9.448.809,55	R\$ 7.861.660,15	R\$ 1.497.940,54	R\$ 9.359.600,69	R\$ 15.942.104,30
Média	R\$ 1.321.074,62	R\$ 725.718,34	R\$ 61.682,46	R\$ 787.400,80	R\$ 655.138,35	R\$ 124.828,38	R\$ 779.966,72	R\$ 1.328.508,69

Tabela 3 – Levantamento 2015

No ano de 2015 o total de receita variou entre 0,60 e 1,42 milhões, fornecendo uma média mensal aproximada de 787 mil reais. As despesas, porém, variaram entre 0,66 e 1,55 milhões, proporcionando uma média mensal de quase 780 mil reais.

2016		Receitas			Despesas			Saldo Apurado
Mês	Saldo Anterior	Orçamentária	Ex. Orçamentária	Total	Orçamentária	Ex. Orçamentária	Total	
Janeiro	R\$ 1.136.395,91	R\$ 812.003,50	R\$ 33.717,83	R\$ 845.721,33	R\$ 327.431,47	R\$ 232.837,62	R\$ 560.269,09	R\$ 1.421.848,15
Fevereiro	R\$ 1.421.848,15	R\$ 846.631,12	R\$ 35.800,40	R\$ 882.431,52	R\$ 514.733,26	R\$ 115.305,83	R\$ 630.039,09	R\$ 1.674.240,58
Março	R\$ 1.674.240,58	R\$ 896.163,55	R\$ 36.594,53	R\$ 932.758,08	R\$ 569.936,23	R\$ 89.284,06	R\$ 659.220,29	R\$ 1.947.778,37
Abril	R\$ 1.947.778,37	R\$ 757.348,29	R\$ 40.130,86	R\$ 797.479,15	R\$ 581.519,31	R\$ 192.467,68	R\$ 773.986,99	R\$ 1.971.270,53
Mai	R\$ 1.971.270,53	R\$ 909.583,96	R\$ 43.312,78	R\$ 952.896,74	R\$ 663.278,10	R\$ 95.712,58	R\$ 758.990,68	R\$ 2.165.176,59
Junho	R\$ 2.165.176,59	R\$ 730.571,69	R\$ 46.089,71	R\$ 776.661,40	R\$ 672.065,21	R\$ 112.002,51	R\$ 784.067,72	R\$ 2.157.770,27
Julho	R\$ 2.157.770,27	R\$ 857.211,43	R\$ 47.026,86	R\$ 904.238,29	R\$ 839.012,16	R\$ 137.182,99	R\$ 976.195,15	R\$ 2.085.813,41
Agosto	R\$ 2.085.813,41	R\$ 671.784,18	R\$ 44.050,57	R\$ 715.834,75	R\$ 614.214,50	R\$ 94.324,52	R\$ 708.539,02	R\$ 2.093.109,14
Setembro	R\$ 2.093.109,14	R\$ 602.577,65	R\$ 44.049,66	R\$ 646.627,31	R\$ 818.803,66	R\$ 96.359,78	R\$ 915.163,44	R\$ 1.824.573,01
Outubro	R\$ 1.824.573,01	R\$ 706.145,73	R\$ 45.251,99	R\$ 751.397,72	R\$ 743.208,96	R\$ 94.965,05	R\$ 838.174,01	R\$ 1.737.796,72
Novembro	R\$ 1.737.796,72	R\$ 1.079.608,18	R\$ 46.470,13	R\$ 1.126.078,31	R\$ 829.871,26	R\$ 96.364,36	R\$ 926.235,62	R\$ 1.937.639,41
Dezembro	R\$ 1.937.639,41	R\$ 1.640.781,45	R\$ 87.875,94	R\$ 1.728.657,39	R\$ 1.865.235,41	R\$ 164.363,29	R\$ 2.029.598,70	R\$ 1.636.698,10
Total	R\$ 22.153.412,09	R\$ 10.510.410,73	R\$ 550.371,26	R\$ 11.060.781,99	R\$ 9.039.309,53	R\$ 1.521.170,27	R\$ 10.560.479,80	R\$ 22.653.714,28
Média	R\$ 1.846.117,67	R\$ 875.867,56	R\$ 45.864,27	R\$ 921.731,83	R\$ 753.275,79	R\$ 126.764,19	R\$ 880.039,98	R\$ 1.887.809,52

Tabela 4 – Levantamento 2016

No ano de 2016 o total de receita variou entre 0,65 e 1,73 milhões, fornecendo uma média mensal aproximada de 921 mil reais. As despesas, porém, variaram entre 0,56 e 2,03 milhões, proporcionando uma média mensal de pouco mais de 880 mil reais.

2017		Receitas			Despesas			Saldo Apurado
Mês	Saldo Anterior	Orçamentária	Ex. Orçamentária	Total	Orçamentária	Ex. Orçamentária	Total	
Janeiro	R\$ 1.636.698,10	R\$ 848.932,38	R\$ 37.315,63	R\$ 886.248,01	R\$ 340.891,31	R\$ 38.310,12	R\$ 379.201,43	R\$ 2.143.744,68
Fevereiro	R\$ 2.143.744,68	R\$ 958.069,65	R\$ 44.849,57	R\$ 1.002.919,22	R\$ 574.700,99	R\$ 111.605,80	R\$ 686.306,79	R\$ 2.460.357,11
Março	R\$ 2.460.357,11	R\$ 681.632,03	R\$ 47.796,45	R\$ 729.428,48	R\$ 735.819,49	R\$ 112.450,52	R\$ 848.270,01	R\$ 2.341.515,58
Abril	R\$ 2.341.515,58	R\$ 778.246,09	R\$ 48.300,42	R\$ 826.546,51	R\$ 718.215,17	R\$ 108.295,46	R\$ 826.510,63	R\$ 2.341.551,46
Mai	R\$ 2.341.551,46	R\$ 829.475,10	R\$ 51.970,03	R\$ 881.445,13	R\$ 859.765,24	R\$ 127.091,14	R\$ 986.856,38	R\$ 2.236.140,21
Junho	R\$ 2.236.140,21	R\$ 876.141,69	R\$ 53.840,92	R\$ 929.982,61	R\$ 844.446,75	R\$ 120.003,87	R\$ 964.450,62	R\$ 2.201.672,20
Julho	R\$ 2.201.672,20	R\$ 1.015.799,11	R\$ 54.273,23	R\$ 1.070.072,34	R\$ 1.207.371,06	R\$ 121.594,19	R\$ 1.328.965,25	R\$ 1.942.779,29
Agosto	R\$ 1.942.779,29	R\$ 724.176,86	R\$ 56.918,15	R\$ 781.095,01	R\$ 908.407,56	R\$ 150.027,30	R\$ 1.058.434,86	R\$ 1.665.439,44
Setembro	R\$ 1.665.439,44	R\$ 704.762,21	R\$ 57.579,32	R\$ 762.341,53	R\$ 898.814,05	R\$ 126.755,71	R\$ 1.025.569,76	R\$ 1.402.211,21
Outubro	R\$ 1.402.211,21	R\$ 735.761,85	R\$ 58.615,73	R\$ 794.377,58	R\$ 986.697,17	R\$ 119.355,46	R\$ 1.106.052,63	R\$ 1.090.536,16
Novembro	R\$ 1.090.536,16	R\$ 695.758,83	R\$ 51.142,33	R\$ 746.901,16	R\$ 646.217,08	R\$ 87.577,35	R\$ 733.794,43	R\$ 1.103.642,89
Dezembro	R\$ 1.103.642,89	R\$ 1.535.755,47	R\$ 93.860,07	R\$ 1.629.615,54	R\$ 1.425.610,23	R\$ 126.479,17	R\$ 1.552.089,40	R\$ 1.181.169,03
Total	R\$ 22.566.288,33	R\$ 10.384.511,27	R\$ 656.461,85	R\$ 11.040.973,12	R\$ 10.146.956,10	R\$ 1.349.546,09	R\$ 11.496.502,19	R\$ 22.110.759,26
Média	R\$ 1.880.524,03	R\$ 865.375,94	R\$ 54.705,15	R\$ 920.081,09	R\$ 845.579,68	R\$ 112.462,17	R\$ 958.041,85	R\$ 1.842.563,27

Tabela 5 – Levantamento 2017 - Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No ano de 2017 o total de receita variou entre 0,75 e 1,63 milhões, fornecendo uma média mensal aproximada de 920 mil reais. As despesas, porém, variaram entre 0,38 e 1,55 milhões, proporcionando uma média mensal de pouco mais de 958 mil reais.

2018		Receitas			Despesas			Saldo Apurado
Mês	Saldo Anterior	Orçamentária	Ex. Orçamentária	Total	Orçamentária	Ex. Orçamentária	Total	
Janeiro	R\$ 1.181.169,03	R\$ 844.199,07	R\$ 50.387,33	R\$ 894.586,40	R\$ 439.083,44	R\$ 277.539,76	R\$ 716.623,20	R\$ 1.359.132,23
Fevereiro	R\$ 1.359.132,23	R\$ 1.090.477,20	R\$ 49.300,75	R\$ 1.139.777,95	R\$ 766.784,57	R\$ 306.598,20	R\$ 1.073.382,77	R\$ 1.425.527,41
Março	R\$ 1.425.527,41	R\$ 782.557,37	R\$ 50.561,44	R\$ 833.118,81	R\$ 794.185,22	R\$ 118.269,28	R\$ 912.454,50	R\$ 1.346.191,72
Abril	R\$ 1.346.191,72	R\$ 1.005.652,40	R\$ 49.894,18	R\$ 1.055.546,58	R\$ 872.776,12	R\$ 133.774,21	R\$ 1.006.550,33	R\$ 1.395.187,97
Mai	R\$ 1.395.187,97	R\$ 1.041.727,47	R\$ 49.747,74	R\$ 1.091.475,21	R\$ 951.469,09	R\$ 111.997,08	R\$ 1.063.466,17	R\$ 1.423.197,01
Junho	R\$ 1.423.197,01	R\$ 842.772,03	R\$ 52.891,29	R\$ 895.663,32	R\$ 930.299,72	R\$ 113.757,81	R\$ 1.044.057,53	R\$ 1.274.802,80
Julho	R\$ 1.274.802,80	R\$ 1.083.290,10	R\$ 57.972,32	R\$ 1.141.262,42	R\$ 921.003,00	R\$ 162.874,77	R\$ 1.083.877,77	R\$ 1.332.187,45
Agosto	R\$ 1.332.187,45	R\$ 777.424,25	R\$ 53.142,55	R\$ 830.566,80	R\$ 779.087,47	R\$ 85.967,68	R\$ 865.055,15	R\$ 1.297.699,10
Setembro	R\$ 1.297.699,10	R\$ 874.318,70	R\$ 69.878,76	R\$ 944.197,46	R\$ 805.985,14	R\$ 106.990,08	R\$ 912.975,22	R\$ 1.328.921,34
Outubro	R\$ 1.328.921,34	R\$ 655.211,45	R\$ 53.135,49	R\$ 708.346,94	R\$ 823.801,95	R\$ 116.341,99	R\$ 940.143,94	R\$ 1.097.124,34
Novembro	R\$ 1.097.124,34	R\$ 1.047.143,98	R\$ 70.814,04	R\$ 1.117.958,02	R\$ 835.056,95	R\$ 135.645,45	R\$ 970.702,40	R\$ 1.244.379,96
Dezembro	R\$ 1.244.379,96	R\$ 1.289.413,85	R\$ 95.798,30	R\$ 1.385.212,15	R\$ 1.278.675,04	R\$ 147.693,93	R\$ 1.426.368,97	R\$ 1.203.223,14
Total	R\$ 15.705.520,36	R\$ 11.334.187,87	R\$ 703.524,19	R\$ 12.037.712,06	R\$ 10.198.207,71	R\$ 1.817.450,24	R\$ 12.015.657,95	R\$ 15.727.574,47
Média	R\$ 1.308.793,36	R\$ 944.515,66	R\$ 58.627,02	R\$ 1.003.142,67	R\$ 849.850,64	R\$ 151.454,19	R\$ 1.001.304,83	R\$ 1.310.631,21

Tabela 6 – Levantamento 2018 - Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No ano de 2018 o total de receita variou entre 0,71 e 1,39 milhões, fornecendo uma média mensal de mais de 1 milhão de reais. As despesas, porém, variaram entre 0,72 e 1,43 milhões, proporcionando uma média mensal de pouco mais de 1 milhão de reais.

Quanto a um resumo geral, a Tabela 7 mostra o total de receita, despesa e saldo apurado anual do período.

Ano	Receitas	Despesas	Saldo apurado
2015	R\$ 9.448.809,55	R\$ 9.359.600,69	R\$ 1.136.395,91
2016	R\$ 11.060.781,99	R\$ 10.560.479,80	R\$ 1.636.698,10
2017	R\$ 11.040.973,12	R\$ 11.496.502,19	R\$ 1.181.169,03
2018	R\$ 12.037.712,06	R\$ 12.015.657,95	R\$ 1.203.223,14

Tabela 7 – Levantamento 2015 a 2018 - Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Vê-se que a receita dos anos 2016 e 2018 foram crescentes, enquanto no ano de 2017 a arrecadação foi menor do que o ano anterior. Em relação às despesas, estão sendo crescentes no decorrer do tempo. Quanto ao saldo apurado, assim, 2016 foi o ano que proporcionou maior volume de caixa.

4.2 RESULTADOS

Ao analisar os dados levantados é possível verificar que a receita do período teve um crescimento. O aumento foi de 27,4% quando comparado 2015 e 2018. A receita referente ao ano de 2017 apresentou uma queda de 0,18% comparado ao ano anterior, como mostra o Gráfico 1.

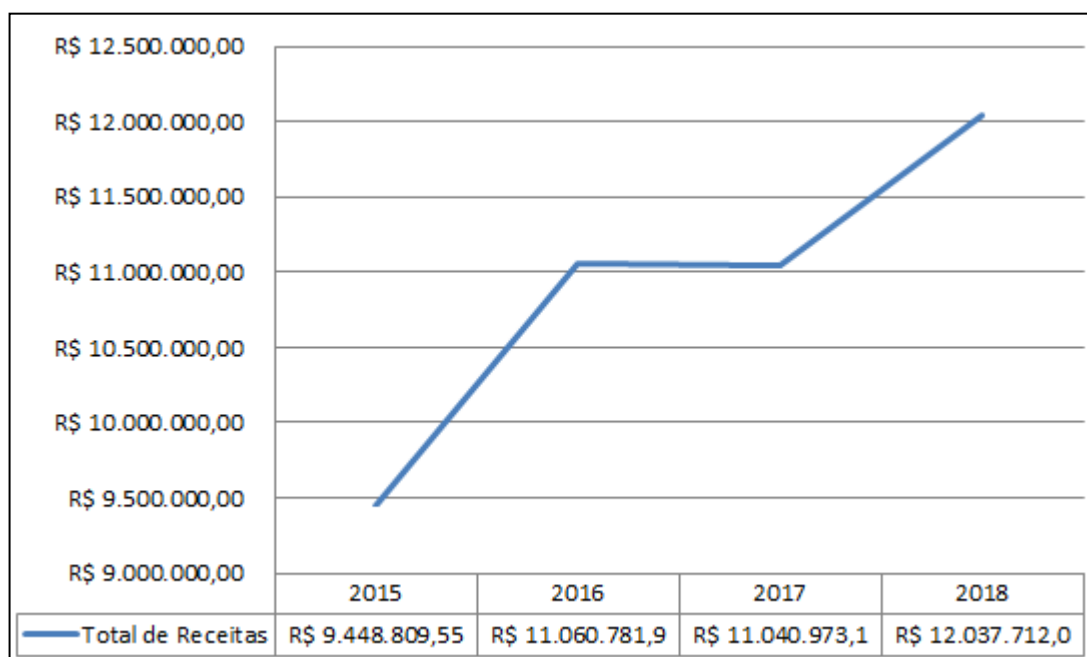


Gráfico1 – Total de Receitas. Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Houve também um aumento das despesas no período estudado. O crescimento foi constante, mas ao comparar o ano inicial (2015), com o ano final (2018), tem-se um aumento de 28,4%. O Gráfico 2 mostra esse aumento.

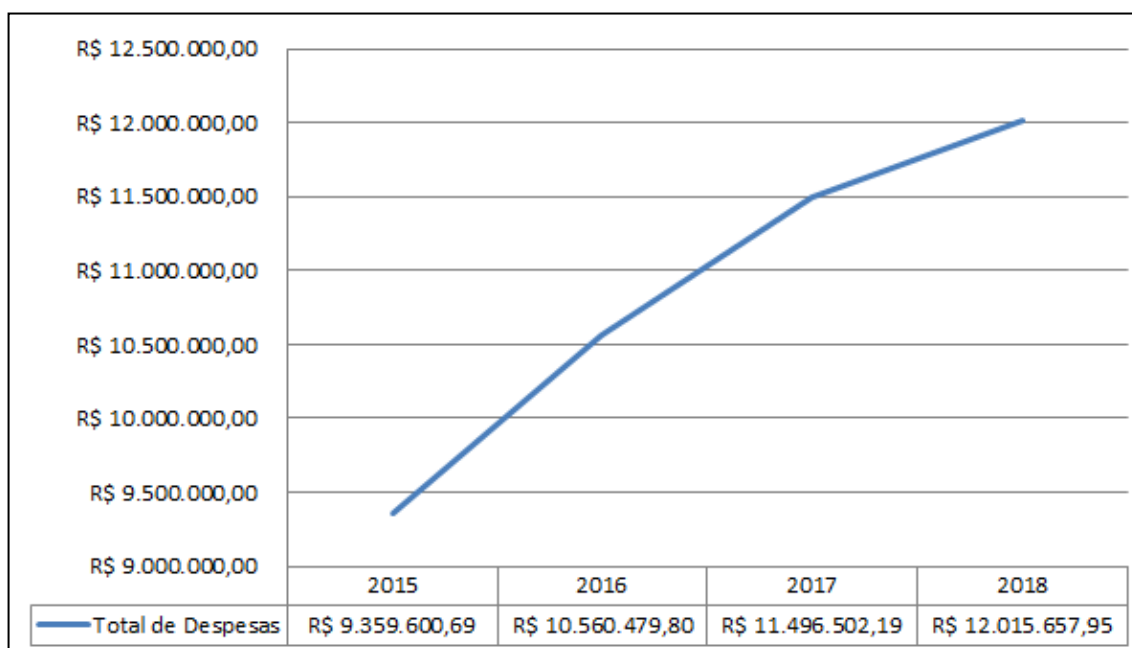


Gráfico 2 – Total de Despesas. Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Enquanto o ano de 2015 apresenta um total de despesa superior a 9 milhões, no ano de 2018 este valor passou da casa dos 12 milhões.

O saldo apurado do período mostra o valor em caixa no final de cada um dos quatro anos. A cidade estudada apresentou o melhor valor em caixa no ano de 2016, seguido por 2018, 2017 e 2015, como mostra o Gráfico 3.

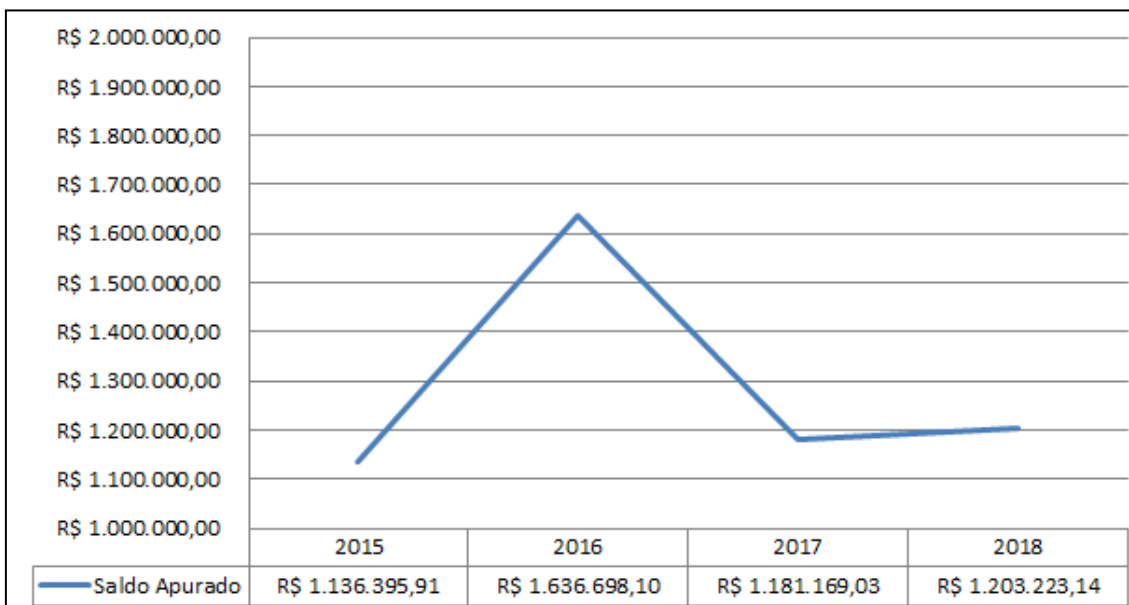


Gráfico3 – Saldo anual. Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao relacionar as receitas e despesas, verifica-se 2017 houve mais gastos do que arrecadação. O município gastou 4,1% a mais do que arrecado. Nos anos de 2018 e 2015, os valores foram quase que equivalentes: a relação despesa e receita ficou em 99,82% e 99,06% respectivamente. A melhor margem foi apresentada no ano de 2016, onde a receita compôs 95,48% de todo o total arrecadado.

CONCLUSÃO

Depois de apresentados os valores de receita e despesa da cidade nos anos de 2015 a 2018, pode-se afirmar que a pesquisa cumpriu com o seu objetivo geral, além de responder o questionamento do estudo. Isso porque o principal objetivo da pesquisa foi estudar a dependência do município de Queluzito quanto ao repasse recebido mensalmente.

Como os dados apresentados mostram que as despesas da cidade compõem mais de 95% do total arrecadado, foi possível verificar que qualquer redução deste repasse impactaria diretamente a administração do município, visto que, não ocorre um reajuste no valor repassado as prefeituras, que acompanhe a inflação. Em contrapartida, os valores para manutenção muitas vezes da mesma atividade, como por exemplo, aquisição mensal de merenda para satisfazer as necessidades de uma escola, se tornam muito maiores. Vale lembrar que o dinheiro tem valor no tempo, ou seja, o que se compra hoje com certa quantia, amanhã não se consegue. Nota-se, assim, que mesmo com redução do valor de repasses do Fundo de Participação dos Municípios, a cidade consegue arcar com suas despesas, mas qualquer alteração no valor atual seria fatal para a cidade, pois os valores de receita e despesas estão quase que equivalentes.

Ressaltando no contexto do presente artigo que, a pesquisa foi surpreendente, pois mostrou uma realidade muitas vezes difícil de ser percebida pelos próprios administradores do órgão público. Como também, mais difícil ainda de ser repassada e entendida pela população. Assim, a grande maioria das pessoas entende essa falta de manutenção da frequência e qualidade dos serviços a serem prestados, como má administração por parte do gestor.

A realidade mostra-se totalmente controversa ao que diz a maioria dos gestores públicos. Vale ressaltar que por mais que tenha ocorrido realmente uma queda dos repasses pela União, o que impacta com grande relevância é o aumento dos valores para que se mantenham determinados

serviços obrigatórios do município, o que o obriga a só cumprir com certo “aperto” o essencial, não havendo recursos para serem investidos em novas melhorias em prol da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Decreto-lei nº 1.881, de 27 de Agosto de 1981. Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios - FPM a dá outras providências.* Disponível em: <www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 27 de fevereiro. 2019.
- BRASIL. *Constituição Federal. 1988.* Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_37_.asp>. Acesso em: 25 de fevereiro. 2019.
- BRASIL. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA. *FPM - Fundo de Participação dos Municípios.* 2019 Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/repasse_receita/informacoes/fpm.htm>. Acesso em: 25 de fevereiro. 2019.
- BRASIL. TCU – Tribunal de Contas da União. *FPE e FPM.* Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em: 26 de fevereiro. 2019.
- BRASIL. TESOURO NACIONAL. *Transferências Constitucionais.* Disponível em: <<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>>. Acesso em: 26 de fevereiro. 2019. **TESOURO NACIONAL.** Transferências correspondem a mais de 75% da receita orçamentária em 82% dos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/transferencias-correspondem-a-mais-de-75-da-receita-orcamentaria-em-82-dos-municipios-brasileiros>>. Acesso em: 26 de fevereiro. 2019.
- CARVALHO, P. F. C. de. *Federalismo Fiscal Brasileiro.* 2011. 59f. Monografia (Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre, RS: 2011.
- CIDADE BRASIL. *Município de Queluzito.* Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-queluzito.html>>. Acesso em: 12 de abril. 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *AMM-MG lança cartilha para explicar crise à população e confirma paralisação de prefeituras.* 2015. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/amm-mg-lanca-cartilha-para-explicar-crise-a-populacao-e-confirma-paralisacao-de-prefeituras>>. Acesso em: 25 de fevereiro. 2019.
- ENAP – Escola Nacional da Administração Pública. *Introdução ao federalismo e ao federalismo fiscal no Brasil.* Módulo 1. Brasília, 2017.
- ESTRADA REAL. *Queluzito.* Disponível em: <<http://www.institutoestrada-real.com.br/cidades/queluzito/107>>. Acesso em: 12 de abril. 2019.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica.* Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- LIDERANÇA PÚBLICA. *O que são e para que servem as transferências de recursos para os municípios?* 2018. Disponível em: <<https://www.clp.org.br/o-que-sao-e-para-que-servem-as-transferencias-de-recursos-para-os-municipios/>>. Acesso em: 26 de fevereiro. 2019.
- LOVATO, L. G. *Federalismo e Federalismo Fiscal: Controvérsias sobre o sistema brasileiro de desenvolvimento regional.* 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/8179/federalismo-e-federalismo-fiscal>>. Acesso em: 26 de fevereiro. 2019.
- MACEDO, P. S. N. de. *Democracia participativa na Constituição Brasileira.* Brasília a. 45 n. 178 abr./jun. 2008, p.182-193.
- PIOLA, S. F. *Transferências de Recursos Federais do Sistema Único de Saúde para Estados, Distrito Federal e Municípios: os desafios para a implementação dos critérios da lei complementar nº 141/2012.* Brasília, 2017.

PRODANOV, C. C.;FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, K. G. B. dos; SANTOS, C. E. R. *Dependência municipal das transferências do fundo de participação dos municípios: uma análise para os municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012*. In: IV Semana do Economista. Universidade Estadual de Santa Cruz –UESC. Ilhéus, BA: 2014.